

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Lucas Pereira Ibiapina

**A IMPORTÂNCIA DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA DO COMANDO
MILITAR DA AMAZÔNIA EM CONJUNTO COM A ESTRATÉGIA DE DEFESA
NACIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS**

**Resende
2023**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL

TÍTULO DO TRABALHO: A IMPORTÂNCIA DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA EM CONJUNTO COM A ESTRATÉGIA DE DEFESA NACIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

AUTOR: LUCAS PEREIRA IBIAPINA

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

Autorizo o Exército Brasileiro (EB) a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em periódico da Instituição ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se necessária a anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da AMAN.

Resende, 13 de Agosto de 2023

Lucas Pereira Ibiapina

Assinatura do Cadete

Dados internacionais de catalogação na fonte

I12i IBIAPINA, Lucas Pereira

A importância dos pelotões especiais de fronteira do comando militar da Amazônia em conjunto com a estratégia de defesa nacional nos últimos cinco anos / Lucas Pereira Ibiapina – Resende; 2023. 51 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Lucas Assis Fagundes
TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2023.

1. Pelotões especiais de fronteira. 2. Amazônia. 3. Estratégia de Defesa Nacional. 4. Fronteira. I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Mônica Izabele de Jesus CRB-7/7231

Lucas Pereira Ibiapina

A IMPORTÂNCIA DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA EM CONJUNTO COM A ESTRATÉGIA DE DEFESA NACIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador(a): Lucas Assis Fagundes

Resende
2023

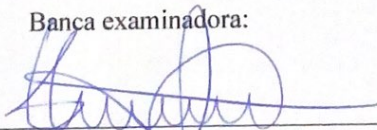
Lucas Pereira Ibiapina

A IMPORTÂNCIA DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA EM CONJUNTO COM A ESTRATÉGIA DE DEFESA NACIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS


Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em 13 de Agosto de 2023.

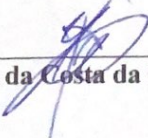
Banca examinadora:



Lucas Assis Fagundes, 1º Ten
(Presidente/Orientador)



Filipe Guilherme de Melo Lima, 1º Ten



Yuri da Costa da Silva, 1º Ten

Resende
2023

AGRADECIMENTO

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus pelo dom da vida e, principalmente, por ter me abençoado durante toda a minha formação. Agradeço ao inabalável esforço dos meus pais, que sempre acreditaram em mim e me impulsionaram a conquistar os meus objetivos. À minha querida irmã, que sempre me auxiliou nos momentos em que precisei. À minha amada namorada, por estar sempre ao meu lado e pela sua compreensão em diversos momentos da minha formação. Amo-te. Ao meu orientador, Tenente Lucas Assis, que sempre esteve disponível e dedicou seu tempo para me auxiliar ao longo deste trabalho. Aos meus camaradas de turma, Vanguardeira 21-23! Somente vocês foram capazes de tornar os dias na academia mais agradáveis.

RESUMO

A IMPORTÂNCIA DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA EM CONJUNTO COM A ESTRATÉGIA DE DEFESA NACIONAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

AUTOR: Lucas Pereira Ibiapina
ORIENTADOR: Lucas Assis Fagundes, 1º Ten

A Região Amazônica representa uma área de grande relevância para o país, é notável por suas inúmeras riquezas naturais, que incluem uma vasta biodiversidade, a maior bacia hidrográfica do mundo e uma grande quantidade de metais preciosos. Contudo, a faixa de fronteira amazônica sempre representou motivo de preocupação, devido a sua extensão, permeabilidade, complexidade do ambiente e diversidade de delitos, o que dificulta a fiscalização e repressão por parte dos responsáveis. Em resposta a isso, o Estado brasileiro adota um conjunto de políticas e ações para garantir a soberania e a integridade do território. Na região amazônica, cabe ao Exército, por meio de seus Pelotões Especiais de Fronteira, cumprir essa missão. Assim, este estudo tem como objetivo analisar a atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira do Comando Militar da Amazônia na implementação da Estratégia Nacional de Defesa nos últimos cinco anos, a fim de avaliar a relevância e a eficácia de suas ações. Esta pesquisa se torna extremamente relevante, pois busca verificar se os Pelotões Especiais de Fronteira estão alinhados com as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, por conseguinte se as ações de defesa da Pátria estão sendo cumpridas. Para alcançar tal objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica qualitativa e posteriormente aplicado um questionário para avaliar a atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira. Como resultado, conclui-se que tais pelotões, não só atendem aos objetivos da Estratégia Nacional de Defesa, bem como, contribuem de sobremaneira para o combate aos crimes transfronteiriços e ambientais, constituindo assim mecanismo efetivo do Estado Brasileiro na garantia da estabilidade regional e soberania nacional.

Palavras-chave: Amazônia. Pelotão Especial de Fronteira. Defesa Nacional. Fronteira.

ABSTRACT

THE IMPORTANCE OF THE SPECIAL BORDER PLATOONS OF THE AMAZON MILITARY COMMAND TOGETHER WITH THE NATIONAL DEFENSE STRATEGY IN THE LAST FIVE YEARS

AUTHOR: Lucas Pereira Ibiapina

ADVISOR: Lucas Assis Fagundes - 1º Tenente

The Amazon Region represents an area of great relevance to the country, notable for its numerous natural resources, which include vast biodiversity, the largest river basin in the world, and a significant amount of precious metals. However, the Amazon border strip has always been a source of concern due to its vastness and porosity, complex environment, and diversity of crimes, which hinders surveillance and enforcement efforts by authorities. In response to this, the Brazilian state adopts a set of policies and actions to ensure sovereignty and territorial integrity. In the Amazon region, the Army, through its Special Border Platoons, is responsible for carrying out this mission. Therefore, this study aims to analyze the performance of the Special Border Platoons of the Amazon Military Command in implementing the National Defense Strategy over the past five years to assess the relevance and effectiveness of their actions. This research is highly significant as it seeks to verify whether the Special Border Platoons are aligned with the guidelines of the National Defense Strategy and, consequently, whether homeland defense actions are being fulfilled. To achieve this objective, a qualitative literature review was conducted, followed by the administration of a questionnaire to evaluate the performance of the Special Border Platoons. As a result, it is concluded that these platoons not only fulfill the objectives of the National Defense Strategy but also significantly contribute to combating transborder and environmental crimes, thereby serving as an effective mechanism of the Brazilian state in ensuring regional stability and national sovereignty.

Keywords: Amazon. Special Border Platoon. National defense. Border.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Apreensão de drogas na Amazônia.....	22
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Amazônia legal e internacional	17
Figura 2 - Amazônia Legal	17
Figura 3 - Rotas do tráfico de drogas na América do Sul	21
Figura 4 - Comando Militar da Amazônia	26
Figura 5 - Estrutura do CMA	27
Figura 6 - Local dos PEF	29

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - OM do CMA que os entrevistados serviram?	35
Gráfico 2 - Porcentagem de oficiais que serviram em PEF.....	36
Gráfico 3 - Crimes transfronteiriços combatidos 2017/2022	36
Gráfico 4 - Percentual da atuação dos PEF no que tange a dissuasão força hostil.....	37
Gráfico 5 - Percentual da importância dos PEF na garantia da Defesa Nacional	37
Gráfico 6 - Percentual da atuação do PEF na proteção dos recursos naturais.....	38
Gráfico 7 - Percentual da capacidade dos PEF em integrar regiões de baixa densidade demográfica.....	39
Gráfico 8 - Percentual de relevância para a criação de novos PEF	39
Gráfico 9 - Percentual de avaliação dos PEF no que tange a defesa nacional e consolidação das fronteiras	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMA	Comando Militar da Amazônia
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
ONGs	Organização Não Governamental
OM	Organização Militar
END	Estratégia Nacional de Defesa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
TCA	Tratado de Cooperação Amazônico
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônico
CF	Constituição Federal
ORCRIM	Organizações criminosas
LC	Lei Complementar
EB	Exército Brasileiro
SIPAM	Sistema Proteção da Amazônia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVOS	14
1.1.1 Objetivo geral	14
1.1.2 Objetivos específicos	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 A FLORESTA AMAZÔNICA	16
2.1.1 Aspectos fisiográficos	17
2.1.2 Aspectos políticos	18
2.2 CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS	20
2.2.1 Narcotráfico	20
2.2.2 Garimpo ilegal	22
2.2.3 Desmatamento ilegal	23
2.3 FAIXA DE FRONTEIRA AMAZÔNICA	24
2.4 O COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	25
2.4.1 Papel do PEF	27
2.5 A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA.....	29
2.5.1 Estratégia Nacional de Defesa	31
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO	33
3.1 TIPOS DE PESQUISA	33
3.2 MÉTODOS	33
3.3 ETAPAS DA PESQUISA.....	34
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
4.1 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS.....	35
4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICE A – ENTREVISTA	48

1 INTRODUÇÃO

Caracterizada pela abundância de recursos naturais e pelo estado de preservação desses recursos, a Amazônia Brasileira ocupa em torno de 40% do território nacional, possui uma área estimada de mais de cinco milhões de km². Contudo, essa área é caracterizada pela baixa densidade demográfica, com aproximadamente quatro hab/km², considerando ainda os dez mil quilômetros de fronteiras com outras nações. A floresta abrange cinco países – Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela –, totalizando uma área de sete milhões km² (IBGE, 2020). No Brasil, a Floresta Amazônica abrange a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do estado do Maranhão (BRASIL, 2020). Devido à extensão da fronteira brasileira, faz-se necessário a atuação das Forças Armadas, no intuito de combater os crimes transfronteiriços e resguardar a soberania nacional (NASCIMENTO JUNIOR, 2019).

A região amazônica abriga uma biodiversidade única e possui inúmeras fontes de riquezas, com destaque para a grande biodiversidade e recursos minerais, como metais preciosos. Além disso, é detentora da maior bacia hidrográfica do mundo. Esses fatores a tornam alvo de interesse de várias partes e de atores estatais estrangeiros.

Devido à sua importância, o Estado nacional desenvolveu políticas para garantir a soberania da região sendo uma das principais preocupações do Governo Federal. Com isso, foram criados a Política de Defesa Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa, que são os documentos que definem, de forma clara e objetiva, as estratégias que deverão nortear a sociedade brasileira nas ações de defesa da Pátria. Por ser uma das regiões com menor densidade demográfica, diversos atores internacionais tendem a agir na região por meio ONGS, como são os casos de narcoterroristas, garimpeiros, madeireiros ilegais. Entre os fatos envolvendo esses atores, destaca-se o episódio histórico do ataque ao destacamento do Rio Traíra em 1993 pelas FARC, que mostrou a fragilidade das fronteiras da Amazônia brasileira e a necessidade de uma reestruturação administrativa da região e maior presença do Exército Brasileiro na defesa da soberania nacional.

Nesse contexto, o Exército Brasileiro se reorganiza para melhor cumprir a fiscalização da região, com a administração da área ficando sob a responsabilidade do Comando Militar da Amazônia (CMA), que atua de três formas distintas, sendo elas: Destacamentos Especiais De Fronteira, Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) e de Companhias Especiais de Fronteira. Esses grupamentos diferenciam-se entre si, principalmente, pelo efetivo que compõe cada um.

No total, cerca de cinco por cento do efetivo do CMA guarnece Organizações Militares Especiais de Fronteira (POTYGUARA, 2006).

Segundo Mattos (2011), os PEF são unidades militares especializadas criadas pelo Exército Brasileiro com o objetivo de proteger as fronteiras nacionais e combater o tráfico de drogas, contrabando e outras atividades ilícitas nas regiões fronteiriças. Eles também atuam na prevenção e no combate a incêndios florestais, no monitoramento de atividades ilegais, como garimpo e desmatamento, na busca e salvamento e outras missões de segurança pública. Além disso, os PEF também desempenham um papel importante na proteção dos direitos dos povos indígenas e na preservação dos recursos naturais da região.

As atividades dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) baseiam-se em três pilares: combate, vida e trabalho. São especificamente militares, de sobrevivência e de serviços diversos, tanto em proveito da Organização Militar (OM), como também das comunidades civis que convivem nas imediações dos respectivos aquartelamentos. Resumem a manutenção da soberania nacional, superando obstáculos inerentes ao isolamento como as dificuldades de comunicação e de apoio logístico (MORAES,2021).

Assim, questiona-se: qual o papel dos Pelotões Especiais de Fronteira do Comando Militar da Amazônia para a implementação da Estratégia Nacional de Defesa do Brasil, na faixa de fronteira entre Brasil e Venezuela nos últimos cinco anos e qual sua relevância e eficácia na proteção das fronteiras nacionais?

O objetivo deste trabalho é analisar o papel dos Pelotões Especiais de Fronteira do Comando Militar da Amazônia e se estão de acordo com o estabelecido pela Estratégia Nacional de Defesa. Para analisar de forma mais precisa, foi delimitado um tempo de cinco anos. A pesquisa abordará como os PEF atuam na região e qual o impacto de sua atuação na segurança nacional, além de verificar a Estratégia Nacional de Defesa adotada pelo Brasil na região de fronteira.

Esta pesquisa se torna relevante, pois busca apresentar os Pelotões Especiais de Fronteira na implementação da Estratégia Nacional de Defesa e, dessa forma, conscientizar a sociedade sobre a importância de sua atuação para o cumprimento dos objetivos traçados pelo referido documento. Isso além de expor o trabalho silente e abnegado desses militares que são a ponta da lança que garantem a soberania do Brasil.

Espera-se que este trabalho contribua para a compreensão do papel dos Pelotões Especiais de Fronteira e Da Estratégia De Defesa Nacional na região de fronteira do CMA, além de apresentar possíveis recomendações para aprimorar a segurança na região.

A justificativa deste trabalho se fundamenta na extrema relevância do tema para o Estado brasileiro, tendo em vista a importância da Floresta Amazônica para o Brasil, com suas mais diversas riquezas naturais que chamam a atenção de diversos atores internacionais que cobiçam a região. Nesse sentido, é crucial avaliar se a Estratégia Nacional de Defesa (END) está sendo implementada efetivamente nas fronteiras brasileiras, sobretudo no que tange aos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF).

O presente estudo é composto por cinco capítulos. O primeiro consiste na Introdução, na qual é apresentado o ambiente operacional no qual está baseada a problemática abordada no trabalho, juntamente com a delimitação do estudo e a sua relevância. No segundo capítulo, encontra-se o Referencial Teórico que abrange todo o desenvolvimento do trabalho, baseado em bibliografias e documentos que foram utilizados para fundamentar o estudo. No terceiro capítulo, delineia-se o Referencial Metodológico, expondo as pesquisas que foram realizadas para coletar dados e embasar o estudo. No quarto capítulo, discutem-se assuntos pertinentes abordados ao longo do trabalho, relacionando-os com os dados obtidos por meio das pesquisas. Finalmente, no quinto capítulo, é apresentada a conclusão do estudo, na qual se destaca a importância do trabalho realizado pelo Exército Brasileiro na região amazônica

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Avaliar o papel do Pelotão Especial de Fronteira do Comando Militar da Amazônia para a implementação da Estratégia Nacional de Defesa do Brasil na faixa de fronteira nos últimos cinco anos, identificando sua relevância e eficácia na proteção das fronteiras nacionais.

1.1.2 Objetivos específicos

Com o intuito de alcançar o objetivo geral deste trabalho, foram definidos alguns objetivos específicos a fim de destrinchar o tema e ampliar o entendimento sobre o assunto. Foram divididos da seguinte forma:

- a) Apresentar o ambiente operacional amazônico;
- b) Descrever o papel dos Pelotões Especiais de Fronteira;

- c) Apresentar a atuação do Exército na faixa de fronteira do Comando Militar da Amazônia, bem como os principais crimes transfronteiriços;
- d) Apresentar a Estratégia Nacional de Defesa no que tange ao papel dos Pelotões Especiais de Fronteira;
- e) Verificar se os Pelotões Especiais de Fronteira cumprem os objetivos estabelecidos pela Estratégia Nacional de Defesa bem como a sua relevância e eficácia na proteção das fronteiras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A FLORESTA AMAZÔNICA

A Amazônia é a maior floresta equatorial do mundo e se estende por mais de 9 (nove) países sendo eles: Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa, Peru e Suriname. No entanto, 60% dela se encontra na região Norte do Brasil. De acordo com o IBGE, a região amazônica ocupa uma área de aproximadamente cinco milhões de quilômetros quadrados (5.015.067,86 km²), correspondendo a cerca de 58,93% do território brasileiro e apresenta, provavelmente, a maior diversidade biológica do planeta (BRASIL, 2023).

Tendo em vista a sua enorme biodiversidade e suas riquezas naturais, a Amazônia passou a ser vista como uma área de grande importância e tornou-se uma fronteira negociada entre as grandes corporações, por ser uma das regiões mais valorizadas do mundo, que aporta grande interesse estratégico para a humanidade. A biodiversidade, fontes de energia renováveis, a água potável, os princípios ativos, a engenharia genética, os minerais estratégicos e a corrida espacial são fatores disputados pelas grandes potências mundiais (SOUZA, 2014).

Segundo Alves Branco (2022), essa imensa fronteira possui inúmeros pontos isolados com diversos trechos de passagens. Isso impossibilita o controle por parte dos órgãos federais, limita a questão da segurança e favorece a criação de rotas para inúmeras atividades ilícitas, tais como o tráfico de drogas e armas, que são abordados no decorrer desta pesquisa.

A imensidão dessa área possui diversos aspectos que serão vistos nos tópicos a seguir.

Figura 1 - Amazônia legal e internacional

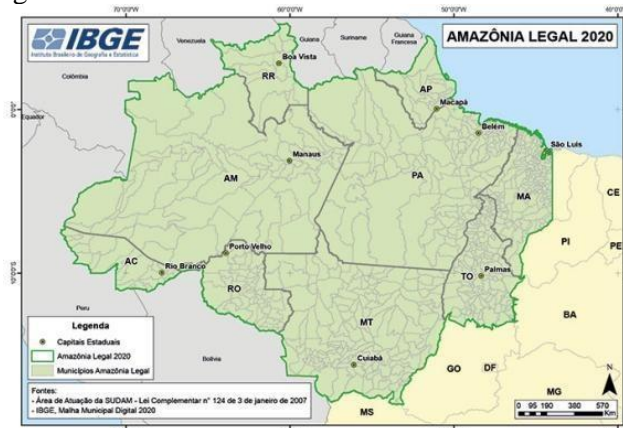


Fonte: MAGALHÃES [s.d.]

2.1.1 Aspectos fisiográficos

A Amazônia Legal é o termo utilizado para definir limitar a floresta amazônica que está presente no território nacional. Essa região representa 59% do território brasileiro, abrangendo a totalidade dos estados de Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e Maranhão. O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953, com o intuito de planejar o desenvolvimento econômico da região. Seus limites foram alterados várias vezes ao longo dos anos, devido às mudanças na divisão política do país e, atualmente, possuem a configuração conforme a Figura 2 (IPEA, 2008).

Figura 2 - Amazônia Legal



Fonte: IBGE (2020)

Segundo Furlan e Piffer (2017), o clima atual da Amazônia é quente e úmido, apresenta pouca amplitude térmica, variando de 1-2 °C, com temperatura média ao longo do ano permanecendo entre 24 ° e 26 °C. A região possui uma precipitação média de 2300 mm ao ano e algumas regiões, como a fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela chegam a 3500 mm. O período de chuvas é compreendido entre novembro e março, e o período de seca é entre os meses de maio e setembro.

Quanto à hidrografia, a Amazônia possui a maior bacia do mundo, que ocupa uma área com cerca de 6.110.000 km² de extensão, que abrange sete países da América do Sul – Brasil, Bolívia, Equador, Guiana, Venezuela, Colômbia e Peru. A bacia hidrográfica do Rio Amazonas é a mais extensa rede fluvial do mundo, desde as Cordilheiras dos Andes até sua foz no Oceano Atlântico, localizada na Região Norte do Brasil (FURLAN e PIFFER, 2017).

Furlan e Piffer (2017) afirmam que a Floresta Amazônica é o reservatório biológico mais rico e variado do mundo, contendo milhões de espécies de insetos, plantas, pássaros e outras formas de vida, muitas ainda não registradas pela ciência. A vegetação exuberante engloba uma grande variedade de árvores, incluindo espécies de murta, louro, palmeira acácia, além de jacarandá, castanha-do-brasil e seringueira. A excelente madeira é fornecida pelo mogno e pelo cedro amazônico. A fauna selvagem inclui a onça-pintada, o peixe-boi, a anta, o veado-vermelho, a capivara e muitos outros tipos de roedores e vários tipos de macacos.

Segundo Carmo (2017), a Amazônia possui a maior reserva de madeira tropical do mundo, além de possuir uma grande biodiversidade em seu subsolo, que detém importantes estoques de recursos minerais. Estudos mostram que a região Amazônica é detentora de grandes estoques de recursos naturais, por exemplo ferro, manganês, alumínio, cobre, zinco, níquel, cromo, titânio, fosfato, ouro, prata, platina, paládio, ródio, estanho, tungstênio, nióbio, tântalo, zircônio, terras-raras, urânio e diamante.

Os recursos mencionados são altamente valorizados em todo o mundo, por isso é crucial que o governo preste maior atenção à participação em convenções ambientais e assinaturas de acordos, a fim de garantir a preservação da soberania territorial brasileira. Esse mesmo raciocínio é aplicável aos recursos hídricos da Amazônia, que são alvos de países com escassez de recursos naturais vitais (RODRIGUES, 2019).

2.1.2 Aspectos políticos

A Amazônia, devido à sua importância geopolítica, fruto de suas riquezas naturais, desperta o interesse de outros países, face às dificuldades do Estado brasileiro em desenvolver políticas que organizem e consolidem sua presença na região. Dessa forma, verifica-se a árdua tarefa de integrá-la às demais regiões, além de implementar um desenvolvimento responsável e sustentável e de defendê-la, seja por meio do *soft power* ou do *hard power*¹ (QUINT, 2016).

Segundo Penna Filho (2015), sob o ponto de vista político dos militares, a Amazônia é uma questão predominantemente internacional, em consonância com a perspectiva tradicional de segurança. Consequentemente, o autor do argumento sustenta que, salvo as incursões por grupos guerrilheiros e pelo narcotráfico, não há receios quanto a ações hostis provenientes de países vizinhos. A preocupação preponderante, no entanto, se concentra na ameaça da cobiça estrangeira aos recursos naturais da região, o que a torna relativamente vulnerável e passível de ser objeto de múltiplas formas de pressão por parte de atores internacionais.

No contexto regional, durante os anos 1970, a diplomacia brasileira introduziu a proposta de um Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) aos países vizinhos da região amazônica (Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela). O objetivo inicial era principalmente político, buscando incentivar esses países a dedicarem mais atenção a uma região que desperta interesse por parte da comunidade internacional. Esse interesse pela região remonta a tempos antigos, desde os primórdios da descoberta do continente. (QUINT, 2016).

Com o intuito de fortalecer a concepção, a operacionalidade e a implementação de projetos voltados para o desenvolvimento da região amazônica, os membros do TCA criaram, em 1995, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), cuja sede está em Brasília, ocorrendo sua formalização em 1998. Essa iniciativa, agora com reconhecimento jurídico internacional, teve como objetivo esvaziar as diversas tentativas de tratar os temas da Amazônia em organismos internacionais sem a devida participação dos países diretamente interessados, ou seja, dos próprios países amazônicos (QUINT, 2016).

No entanto, ainda há um percurso considerável até que a OTCA possa efetivamente atingir resultados tangíveis, na solução de problemas ligados às ameaças não tradicionais como ilícitos transnacionais, narcotráfico, biopirataria, escassez de recursos naturais, questão

¹ Hard power, por sua vez, representa o poder exercido por meio de recursos militares, econômicos ou coercitivos. É a capacidade de impor a vontade própria, utilizando a força ou a pressão econômica para alcançar objetivos e obter conformidade. Soft power é o poder de influenciar e persuadir por meio da atração cultural, ideias e diplomacia, sem recorrer ao uso da força ou da coerção. É a habilidade de obter resultados desejados através da sedução e da persuasão, ao invés da imposição (MARINHO, 2023, n.p.).

climática, atuação de Organizações Não-Governamentais, dentre outras, bem como as ameaças tradicionais ligadas à relativização da autodeterminação do Estado sobre o território (QUINT, 2016).

Por fim, segundo Nascimento (2013), o Brasil tende a sofrer pressões internacionais em relação à Amazônia, por ela ser, conforme já dito, uma região de grande importância geopolítica – seja pela sua localização ou pela sua riqueza em recursos naturais. Merece destaque a diplomacia pró-ambientalista que, a despeito das críticas de atores estatais e não-estatais sobre a condução das políticas internas e o impacto ambiental que elas geralmente ocasionam, o País busca cumprir conforme o que é preconizado nos tratados em que é signatário.

2.2 CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS

O Brasil destacou as Forças Armadas para protegerem a Floresta Amazônica, com operações que intentam deter as atividades ilegais de extração de madeira e mineração, tráfico de animais silvestres, narcotráfico, contrabando e descaminho, dentre outros, contando com a ajuda de autoridades ambientais, policiais e outros órgãos governamentais.

Conforme as especificidades da região amazônica descritas anteriormente, o grande vazio demográfico, a grande extensão da faixa de fronteira, a proximidade a grandes países produtores de drogas, como maconha e cocaína, são fatores que fazem com que a região amazônica seja um dos principais palcos de atuação dos delitos transfronteiriços no Brasil (SERPA, 2020). De acordo com Serpa (2020), os principais crimes que ocorrem Brasil são tráfico de drogas, evasão de divisas, tráfico de armas, além de crimes como tráfico de pessoas recursos humanos e naturais.

2.2.1 Narcotráfico

Conforme o Artigo 33 da Lei nº 11.343, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), o narcotráfico no Brasil está previsto como crime da seguinte forma:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou

regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa (BRASIL,1988).

Segundo Cruz (2020), os rios amazônicos são as principais rotas para o transporte de toneladas de drogas, como cargas de cocaína que estão sob o controle de organizações criminosas (ORCRIM). Ainda afirma que Manaus serve de base de apoio para o escoamento do produto para o restante do País e também para outros continentes como Europa e África.

Figura 3 - Rotas do tráfico de drogas na América do Sul



Fonte: O GLOBO (2020)

Segundo Filho (2018), o Brasil está profundamente imerso na realidade dos crimes relacionados ao tráfico de drogas, fazendo parte das principais rotas internacionais, o que tem contribuído para os altos índices de violência registrados no país. Filho (2018) ainda afirma que os altos índices de violência no Brasil são resultados das atividades ligadas ao narcotráfico.

De acordo com informações fornecidas pelo governo do estado do Amazonas, houve um aumento significativo nas apreensões de drogas realizadas pela Polícia Civil e Militar na região. Embora isso possa sugerir que as forças de segurança estão atuando de forma eficiente, também indica uma preocupante expansão do tráfico de drogas nessa área específica do país. Os números relacionados à apreensão de drogas no Amazonas servem como evidência dessa tendência (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 2021).

Tabela 1 - Apreensão de drogas na Amazônia

ANO	QUANTIDADE DE DROGAS APREENDIDAS
2014	3,1 toneladas
2015	11 toneladas
2016	10 toneladas
2017	16,4 toneladas (10,3t de maconha e 6,1t de cocaína)
2018	14 toneladas (11t de maconha e 3t de cocaína)
2019	6,8 toneladas (5,9t de maconha e 0,9t de cocaína)
2020	19,1 toneladas (17,8t de maconha e 1,3t de cocaína)

Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS (2021)

Grande parte da destruição da Floresta Amazônica é resultado de atividades ilegais alimentadas por complexas cadeias criminosas nacionais e transnacionais. O tráfico de drogas está cada vez mais entrelaçado aos crimes ambientais na região. Drogas, especialmente cocaína e maconha, são traficadas ao longo das mesmas rotas florestais como madeira ilegal e ouro, e são contrabandeadas juntas para a Europa e outros mercados no exterior (FURLAN e PIFFER, 2017).

Muitos traficantes de drogas começaram a ver como vantagem a conexão com outras atividades criminosas que usam as mesmas rotas e as mesmas estratégias. As grandes operações de drogas se sobrepõem cada vez mais às operações ilegais de mineração de ouro e manganês, que por sua vez estão ligadas à lavagem de dinheiro e crimes fiscais e financeiros (FURLAN e PIFFER, 2017). Os PEF (Pelotões Especiais de Fronteira) têm atuado continuamente no combate a este ilícito transfronteiriço.

2.2.2 Garimpo ilegal

O Código de Minas, Lei nº 7.805 de 1989, em seu Artigo 70 define a garimpagem da seguinte forma:

Art. 70. Considera-se: I - garimpagem, o trabalho individual de quem utilize instrumentos rudimentares, aparelhos manuais ou máquinas simples e portáteis, na extração de pedras preciosas, semi-preciosas e minerais metálicos ou não metálicos, valiosos, em depósitos de eluvião ou aluvião, nos álveos de cursos d'água ou nas margens reservadas, bem como nos depósitos secundários ou chapadas (grupiaras),

vertentes e altos de morros; depósitos esses genericamente denominados garimpos; II - faiscação, o trabalho individual de quem utiliza instrumentos rudimentares, aparelhos manuais ou máquinas simples e portáteis, na extração de metais nobres nativos em depósitos de eluvião ou aluvião, fluviais ou marinhos, depósitos esses genericamente denominados faisqueiras; e, III - cata, o trabalho individual de quem faça, por processos equiparáveis aos de garimpagem e faiscação, na parte decomposta dos afloramentos dos filões e veeiros, a extração de substâncias minerais úteis, sem o emprego de explosivos, e as apure por processos rudimentares (BRASIL, 1967).

Segundo Batista (2006), o garimpo ilegal na Amazônia devasta o meio ambiente, provocando desmatamento, perda de biodiversidade e habitat, bem como poluição da água, do ar e do solo, por meio da liberação de produtos químicos tóxicos. As comunidades locais também sofrem com deslocamentos forçados de população, corrupção, violações de direitos humanos e problemas de saúde associados a essa prática.

O alto envolvimento de redes criminosas sofisticadas no garimpo ilegal e a dimensão transnacional da mineração ilegal e crimes associados também representam desafios para a aplicação da lei, bem como para a fiscalização da fronteira brasileira, que às vezes carece dos recursos necessários para combater essa ameaça de crime de forma eficaz (BATISTA, 2006).

2.2.3 Desmatamento ilegal

Um dos principais crimes transfronteiriços na Amazônia diz respeito ao desmatamento e comercialização ilegal de madeiras. A extração seletiva ilegal, normalmente aperfeiçoada por meio de padrões de espinha de peixe, tem um impacto fortemente negativo no ecossistema; além da ameaça a inúmeras espécies animais, a densa rede de cipós que liga a copa de uma árvore à sua vizinha, leva ao desmoronamento de muitas árvores ao se derrubar uma. Ainda é preciso mencionar que a falta de cobertura florestal expõe o solo a uma maior aridez, com conseqüente risco de incêndios e desaparecimento de muitos microrganismos simbiotes no solo, essenciais para a decomposição e fixação de nutrientes. O uso de tratores para a posterior remoção das árvores derrubadas também danifica muito o solo e aumenta a erosão (MEIRELLES, 2006).

A derrubada ilegal é um fenômeno que pode ser constatado até mesmo em reservas protegidas, onde não há monitoramento constante e rigoroso, com conseqüente transporte fluvial do material cortado. A madeira é, muitas vezes, confiada à corrente e, posteriormente,

recuperada pelos madeireiros ou mais simplesmente amarrada à piroga, com a qual se desloca até chegar à primeira entrada para a exploração madeireira (MEIRELLES, 2006).

2.3 FAIXA DE FRONTEIRA AMAZÔNICA

A Constituição da República do Brasil, de 1988 (Art. 20, §2º) assim postula: “A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei”. Com isso, a partir da definição constitucional, afirma-se que a extensão da faixa de fronteira é de 150 km de largura, ao longo das fronteiras terrestres e são delimitadas com intuito de garantir a defesa do território nacional (NETO, 2009).

O amparo jurídico para a atuação do Exército Brasileiro na faixa de fronteira é previsto pela Lei Complementar (LC) nº 97/99, alterada pela LC nº 136/10, que estabelece o amparo legal para o Exército exercer tal função (BRASIL, 2010):

Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo(...) (BRASIL, 2010).

O Exército Brasileiro possui 24 (vinte e quatro) PEF ao longo da fronteira com a Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. A estratégia que ele adota é a de mobilização permanente pelos rios e por dentro da floresta, com o objetivo de destruir as bases dos narcotraficantes, garimpeiros ilegais e madeireiros clandestinos. Os primeiros destacamentos de fronteira tiveram sua criação determinada apenas no início do século XX (RODRIGUES 2019).

Cerca de um século atrás, foram estabelecidos os primeiros centros de proteção na Amazônia. Durante esses cem anos, ocorreu progresso, aproveitamento, colonização e descobertas de recursos naturais e minerais na região. À medida que essas riquezas se tornaram conhecidas, o interesse pela exploração econômica aumentou. A disparidade entre a ânsia exploratória e a aparente falta de controle decorrente da vastidão territorial, juntamente

com a má intenção humana, impulsionaram a ocorrência de crimes de várias naturezas: desmatamento e extração ilegal de madeira, pirataria biológica, garimpo ilegal, contrabando, evasão fiscal, tráfico de entorpecentes, armas e munições. Houve, portanto, a necessidade de desenvolver aqueles núcleos de defesa e mobiliar o que hoje se conhece como Pelotões Especiais de Fronteira, com estrutura e missão bem definidas, como veremos a seguir (CASSÂNEGO, 2017).

2.4 O COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

O Comando Militar da Amazônia (CMA) foi instituído em 27 de outubro de 1956, com sede estabelecida em Belém, no estado do Pará, por meio do decreto Nº 40.179, sancionado por Juscelino Kubitschek, então Presidente da República. O objetivo do Comando era proteger estrategicamente todo o território amazônico. No entanto, a partir de 2013, o Comando Militar do Norte foi criado de forma definitiva, estabelecendo uma nova orientação para o CMA, que ficou responsável pela proteção da região ocidental da Amazônia Legal (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2020).

O CMA é responsável pela segurança e vigilância de uma fronteira de 9.925 quilômetros, que inclui a República da Guiana com 964 km, a Venezuela, com 2.199 km, a Colômbia, com 1.644 km, o Peru, com 2.995 km e a Bolívia com 2.123 km. Além disso, sua área de atuação e jurisdição agora engloba quatro estados: Amazonas com 1.559.161,68 km² e 62 municípios), Rondônia (237.590,86 km² e 524 municípios), Roraima (224.301,04 km² e 15 municípios) e Acre (164.122,28 km² e 22 municípios) – totalizando uma área de 2.185.175,86 km² e 151 municípios (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2003).

Figura 4 - Comando Militar da Amazônia



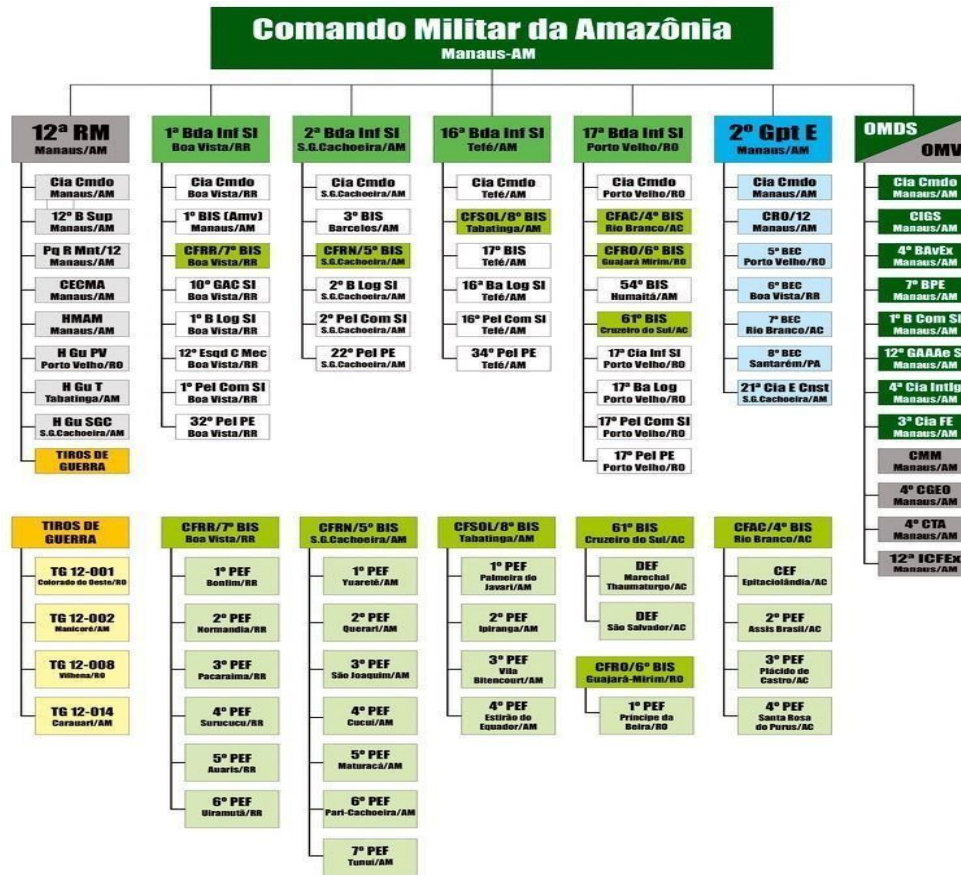
Fonte: FORÇAS TERRESTRES (2017)

Segundo o Exército Brasileiro ([s.d.], n.p.), o CMA possui a seguinte missão:

Realizar atividades de preparo e emprego para atuação em Operações de Guerra e Não-Guerra, e assegurar estado de prontidão para empregar meios, próprios ou adjudicados, em proveito da garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, em cooperação com o desenvolvimento nacional e do bem-estar social na área estratégica da Amazônia Ocidental. **Missão Síntese:** Manter a prontidão de seus meios com efetividade e critério. Cooperar com as missões do Exército Brasileiro. **Visão de Futuro CMA:** Ser efetivamente **presente** nos locais e momentos decisivos e **ampliar as capacidades** para conduzir operações em ambientes complexos e de múltiplos domínios. **Crenças, Princípios e Valores:** cooperação; efetividade; liderança; patriotismo; compromisso com o meio ambiente; coragem; iniciativa; perspicácia e resistência (EXÉRCITO BRASILEIRO, [s.d.], n.p.).

O CMA estrutura as suas organizações militares conforme o planejamento estratégico do EB da seguinte forma:

Figura 5 - Estrutura do CMA



Fonte: CMA (2023)

2.4.1 Papel do PEF

Os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) são meios do Estado Brasileiro, operados pelo Exército Brasileiro (EB), essenciais para a realização da estratégia nacional de presença, uma vez que desempenham um papel crucial na conquista do Objetivo Nacional de Defesa, que visa assegurar a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial (BRASIL, 2020).

Segundo a Agência Senado (2006), os PEF são tropas destacadas dentro do território amazônico, distribuídas de forma estratégica dentro da região, geralmente localizados próximas aos principais rios amazônicos, principal meio de locomoção nessa faixa do território brasileiro. Com um efetivo variável de sessenta militares, são grupamentos de pelotões isolados, dentro da Amazônia brasileira, capazes de atuar nas mais diversas missões

e em condições adversas proporcionadas pelo complexo ambiente operacional, caracterizado pela selva.

Assim, a missão do PEF se baseia em uma tríade que orienta todas as atividades inerentes dessas frações. Os três pilares, Combate, Vida e Trabalho, sustentam a missão dos PEF. As atividades essencialmente militares, de sobrevivência e de serviços diversos, tanto para o benefício da Organização Militar (OM) quanto das comunidades civis que residem nas imediações dos respectivos aquartelamentos. Essas atividades são essenciais para preservar a soberania nacional, superando os desafios decorrentes do isolamento, como as dificuldades de comunicação e de apoio logístico (MORAES, 2021).

No âmbito do Combate, as ações de defesa contra o narcotráfico e crimes transfronteiriços são implementadas para fortalecer a capacidade do Estado em garantir controle e segurança nessa área do território nacional, atuando no apoio aos órgãos governamentais, cuja destinação legal é realizar a prevenção e repressão a ilícitos (RODRIGUES apud BRASIL, 2017).

Segundo Pilleti (2008), além das atividades propriamente militares relacionados à vigilância e proteção das fronteiras, os PEF têm papel fundamental no que seria a Estratégia da Presença, principalmente na vivificação da faixa de fronteira, pois acredita-se que a OM estimula a formação de comunidades e a presença da população em regiões com baixa densidade demográfica. Pilleti (2008) resume a missão dos PEF da seguinte forma:

A missão militar envolveria, entre outros: a vigilância de pontos ou frentes limitadas; o reconhecimento de área, frente, eixo fluvial ou terrestre, dentro de sua área de atuação; a defesa de suas instalações contra a ação de Forças Adversas; e o controle da utilização do campo de pouso do PEF. Já as missões complementares envolveriam, por um lado, missões relacionadas à "vida" - e que incluem atividades de cunho prático com o fim de complementar a sobrevivência, como a exploração de recursos locais (caça, pesca etc.), a criação de animais, principalmente de pequeno porte (galinhas, porcos, patos etc.), a implantação de horta comunitária, o reflorestamento com árvores frutíferas (em especial cajueiro, mangueira, coqueiro, mamoeiro, laranjeira, limoeiro, bananeira), o plantio de mandioca, milho, melancia, abóbora, feijão etc., a exploração de armazém reembolsável, e a organização de uma equipe de caça e pesca - e, por outro, missões relacionadas ao "trabalho", correspondentes à infraestrutura necessária para o funcionamento dos PEP-serraria, carpintaria, olaria, oficinas de manutenção, equipamentos de electricista, bombeiro, carpinteiro e pedreiro (PILLETI, 2008 p. 77).

Considerando esse contexto, os PEF encontram-se localizados em locais estratégicos no território nacional, os quais dão acesso às principais entradas de estrangeiros no país, sobretudo por meio dos rios que definem as fronteiras entre as nações na região amazônica. Na sequência, será apresentada a localização dos PEFs ao longo da fronteira setentrional do Brasil:

Figura 6 - Local dos PEF



Fonte: DEFESA EM FOCO (2021)

2.5 A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

Segundo Andrade (2019), a PND é o documento de mais alto nível do País em questões de Defesa, coordenadas pelo Ministério da Defesa. Seu principal objetivo é a mitigação de possíveis ameaças externas, mediante a definição de metas e diretrizes que orientem a preparação e emprego dos recursos nacionais, em um esforço conjunto que envolve tanto os setores civis quanto militares em todas as esferas do Poder Nacional. Andrade afirma que:

A Política Nacional de Defesa (PND) está baseada nos fundamentos, objetivos e princípios constitucionais, alinhando-se às aspirações governamentais, em particular

a política externa brasileira. A PND preconiza que o mundo vive desafios mais complexos do que os enfrentados durante o período conhecido como Guerra Fria. Nesse contexto, a probabilidade de um conflito generalizado entre os Estados é considerada pouco provável. Todavia, os conflitos de caráter étnicos e religiosos têm sido potencializados, afetando a ordem mundial (ANDRADE, 2019)

No contexto da região amazônica, a política nacional de defesa lida com desafios particulares, tais como a manutenção da soberania brasileira na região e a proteção das fronteiras contra o tráfico de drogas e outras atividades criminosas. Como salienta o Manual de Defesa da Amazônia (SIPAM, 2013), as ações do Estado na região são baseadas em quatro eixos principais: prevenção, fiscalização, controle ambiental. Esses eixos visam garantir o desenvolvimento sustentável da região, preservando a sua biodiversidade e protegendo os povos tradicionais que habitam a área.

Em relação à região amazônica e à fronteira brasileira, a Política Nacional de Defesa (PND) 2016 antevê o seguinte:

2.2.12 Do ponto de vista da Defesa, sem descuidar-se das demais regiões brasileiras, deve-se ter maior atenção às áreas onde se concentram os poderes político e econômico e a maior parte da população brasileira, além da Amazônia e do Atlântico Sul. 2.2.13 A enorme extensão territorial, a baixa densidade demográfica da Amazônia brasileira e POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA as dificuldades de mobilidade, bem como seus recursos minerais, seu potencial hidroenergético e a valiosa biodiversidade que abriga, exigem a efetiva presença do Estado, com vistas ao desenvolvimento e à integração daquela região. 2.2.14 As fronteiras demandam atenção, na medida em que por elas transitam pessoas, mercadorias e bens, integrando e aproximando o País de seus vizinhos, ao mesmo tempo em que através delas são perpetradas atividades criminosas transnacionais de forma que sua permeabilidade requer constante vigilância, atuação coordenada entre os órgãos de defesa e os de segurança pública e estreita cooperação com os países limítrofes (PND 2016) 2.3.10 Por outro lado, a América do Sul, o Atlântico Sul, a Antártica e a África ocidental detêm significativas reservas de recursos naturais, em um mundo já cioso da escassez desses ativos. Tal cenário poderá intensificar a ocorrência de conflitos nos quais prevaleça o uso da força ou o seu respaldo para a imposição de sanções políticas e econômicas, com eventual militarização do Atlântico Sul, área cuja consolidação como Zona de Paz e Cooperação revela-se fundamental para resguardá-la da interferência de interesses não legítimos (BRASIL, 2016).

Vale ressaltar que a PND é um documento que sofre atualizações recentes e, recentemente, uma nova PND foi submetida para apreciação no congresso nacional. No que tange à Amazônia, ela prevê o seguinte:

2.2.11. A enorme extensão territorial da Amazônia brasileira, sua baixa densidade demográfica e as dificuldades de mobilidade na região, bem como seus recursos minerais, seu potencial hidroenergético e a valiosa biodiversidade que abriga, exigem a efetiva presença do Estado, com vistas à sua defesa e à sua integração com as demais regiões do País, contribuindo para o desenvolvimento nacional. 2.2.12. As fronteiras demandam atenção, na medida em que por elas transitam pessoas, mercadorias e bens, integrando regiões e aproximando o País de seus vizinhos, ao mesmo tempo em que por elas são perpetradas atividades ilícitas que assumem natureza transnacional, de forma que sua permeabilidade requer constante vigilância, atuação coordenada entre os órgãos de defesa e os de segurança pública e estreita cooperação com os países limítrofes. 2.2.13. Neste contexto, a existência de uma infraestrutura adequada contribui decisivamente para a unidade nacional e a integração territorial, permitindo o desenvolvimento, o acesso a pontos estratégicos do território, além da tempestiva mobilização e o oportuno apoio logístico para a Defesa Nacional (BRASIL, 2020).

Por fim, tendo em vista que a Defesa Nacional é predominantemente orientada para o combate a ameaças externas e considerando as características dos cenários nacional e internacional, o Brasil estabelece sua Política de Defesa com base em alguns princípios, dentre os quais se destacam:

VI. promover a proteção da Amazônia brasileira e sua maior integração com as demais regiões do País; (...) X. defender o uso sustentável dos recursos ambientais, respeitando a soberania dos Estados; (...) XIV. manter as Forças Armadas adequadamente preparadas e equipadas, a fim de serem capazes de cumprir suas missões constitucionais, e prover a adequada capacidade de dissuasão; (...) VI. promover a proteção da Amazônia brasileira e sua maior integração com as demais regiões do País (BRASIL, 2016).

2.5.1 Estratégia Nacional de Defesa

A Estratégia Nacional de Defesa (END) foi lançada em 2008, revista em 2012 e em 2016, sendo esta a última versão, porém já existe uma versão de 2020 que está sob apreciação

no Congresso Nacional. A END direciona os diversos setores do Estado brasileiro quanto às medidas que devem ser adotadas. É, portanto, o vínculo entre o posicionamento do País nas questões de Defesa e as ações necessárias para efetivamente fortalecer a capacidade do Estado de atender aos seus interesses.

Fundamentada na PND, a END define, de forma clara e objetiva, as estratégias que deverão nortear a sociedade brasileira nas ações de defesa da Pátria. Ela também trata das bases sobre as quais deve estar estruturada a defesa do País, assim como indica as articulações que deverão ser conduzidas, no âmbito de todas as instâncias dos três Poderes e a interação entre os diversos escalões condutores dessas ações com os segmentos não governamentais do País (BRASIL, 2016):

AED-9 Demonstrar a capacidade de se contrapor à concentração de forças hostis nas proximidades das fronteiras, dos limites das águas jurisdicionais brasileiras e do espaço aéreo nacional; AED-38 Intensificar a presença do Setor de Defesa nas áreas estratégicas de baixa densidade demográfica; AED-39 Intensificar a contribuição do Setor de Defesa para a integração da região Amazônica. AED-16 Intensificar a presença de diversos setores governamentais nas áreas estratégicas de baixa densidade demográfica. AED-17 Intensificar a contribuição de diversos setores governamentais para a proteção, o desenvolvimento e a maior integração da região Amazônica com as demais regiões do País (BRASIL, 2016, p. 59-67).

Com isso, torna-se relevante a presença dos PEF a fim de estarem preparados para o combate, quando as tecnologias mais avançadas são utilizadas, estando presentes e desenvolvendo o monitoramento e controle, a mobilidade e a presença nas fronteiras brasileiras (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012).

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 TIPOS DE PESQUISA

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em fontes primária e secundárias, tais como artigos científicos, monografias, dissertações e teses para constatar o que há de mais relevante e atualizado sobre o tema A importância dos pelotões especiais do Comando Militar da Amazônia em conjunto com a Estratégia de defesa nacional nos últimos 5 anos. Esses materiais forneceram a base teórica para abordar a problemática desta pesquisa. Para esta pesquisa no campo das Ciências Militares foram utilizadas como fontes teóricas as monografias de oficiais formados na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), bem como trabalhos realizados na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), acessados por meio da Biblioteca do Exército. Por fim, foram utilizadas páginas oficiais do Ministério da Defesa e do Governo do Brasil como fonte de pesquisa, para obter informações atualizadas sobre a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa.

A partir do conteúdo bibliográfico, foi elaborado um questionário com o intuito de levantar dados que tenham alinhamento com o estudo e principalmente com os objetivos inerentes a END. Considerando o exposto, a presente pesquisa caracteriza-se por utilizar a abordagem mista – isto é, reúne análises tanto de caráter qualitativo, a partir da pesquisa bibliográfica, quanto quantitativo, a partir da análise dos dados do questionário.

3.2 MÉTODOS

O método utilizado foi o indutivo, tendo em vista que se buscou aprofundar o entendimento de uma situação específica, que é a atuação dos PEF no que diz respeito a END, para que se possa compreender um fenômeno de forma mais generalista, que envolve a atuação do Exército na defesa da soberania nacional.

O instrumento de pesquisa consistiu na aplicação de um questionário, com o intuito de analisar a atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira no CMA. O questionário foi elaborado pelo próprio autor a partir do embasamento teórico colhido na pesquisa bibliográfica realizada, e encontra-se disponibilizado no Apêndice A.

O questionário foi realizado de forma virtual, mediante a utilização da ferramenta *Google Forms*. A disponibilização do questionário de forma *online* foi a mais adequada para

atingir maior número de participantes da pesquisa, considerando que muitos deles residiam em localidades diferentes do pesquisador. Os participantes foram selecionados a partir da técnica de amostragem por conveniência, sendo o requisito para a seleção já ter servido ou estar servindo Pelotões Especiais de Fronteira do CMA nos últimos cinco anos. Ao todo, foram coletadas 34 respostas.

O questionário possui uma estrutura objetiva, com perguntas de múltipla escolha e caixas de seleção, além de possuir a opção *OUTROS* para que o entrevistado pudesse inserir alguma informação a mais caso julgasse pertinente. Os dados foram tabulados e os gráficos foram feitos para melhor entendimento do leitor. As informações foram coletadas durante o mês de abril de 2023.

A estrutura do questionário foi a seguinte: primeiramente, foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, havendo concordância dos termos expostos, o participante estaria apto a continuar respondendo a pesquisa. Após isso, buscou-se identificar se o militar serviu ou está servindo em algum Batalhão de Infantaria de Selva do CMA que possui PEF, assim como especificar qual foi essa Organização Militar (OM) que o participante serviu. As demais questões buscaram verificar os tipos de crimes que os militares mais combateram no período que ali estavam, bem como defrontar com alguns objetivos da END a fim de verificar se os PEF estavam sendo capazes de cumprir esses objetivos.

3.3 ETAPAS DA PESQUISA

Os estudos para realização da pesquisa se iniciaram com uma abordagem bibliográfica. Após isso, notou-se, junto ao oficial orientador, que seria relevante uma pesquisa que abordasse o papel dos Pelotões Especiais de Fronteira na estratégia de Defesa Nacional, a fim de complementar este estudo.

A pesquisa foi desenvolvida com o intuito de atender ao objetivo do trabalho e, em seguida, foi verificado, juntamente ao oficial orientador, a quantidade de perguntas e se estavam coerentes com o objetivo do estudo. Logo após essa etapa, foram realizados alguns ajustes para que a pesquisa apresentasse um melhor desempenho. Em seguida, a pesquisa foi divulgada com o objetivo de alcançar os militares, sendo eles oficiais ou praças que tenham servido e PEF subordinados ao CMA, com a principal finalidade de se obter uma visão mais ampla da atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira e verificar se os objetivos da END estavam sendo atendidos. Por último, os dados foram analisados, de forma que o objetivo do estudo pudesse ser atendido.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

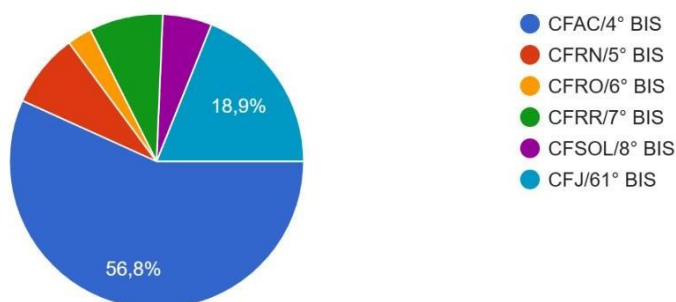
4.1 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

Foi realizado um estudo de campo com 37 militares que serviram em PEF, sendo que 56,8% desses militares serviram no CFAC/4° BIS, 18,9% no CFJ/61° BIS, 8,1% no CFRN/5° BIS, 8,1% no CFRR/7° BIS, 5,4% CFSOL/8° BIS e 2,7% no CFRO/6° BIS (Gráfico 1). Inicialmente, foram confeccionadas perguntas para verificar se os entrevistados estavam dentro do espaço com o objetivo de trabalhar para que suas respostas pudessem ser validadas. A pergunta aborda se os entrevistados já serviram em qual OM do CMA, para alinhar o universo de entrevistados com o objetivo do trabalho (Gráfico 1).

Gráfico 1 - OM do CMA que os entrevistados serviram?

1. O senhor serviu/serve em qual BIS?

37 respostas



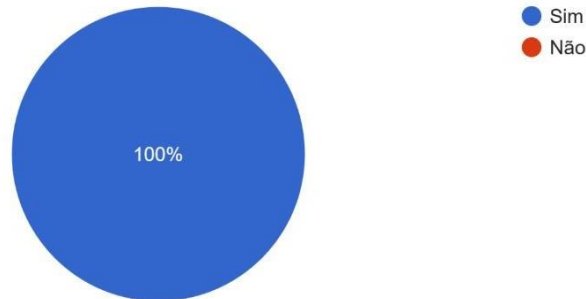
Fonte: AUTOR (2023)

A segunda pergunta, possui objetivo de filtrar os militares que serviram em PEF para atender ao objetivo de pesquisa. Sendo assim, a respeito do entrevistado ter servido em algum PEF, 100% disseram que serviram em PEF (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Porcentagem de oficiais que serviram em PEF

2. Durante o período de serviço, o senhor serviu em algum PEF?

37 respostas



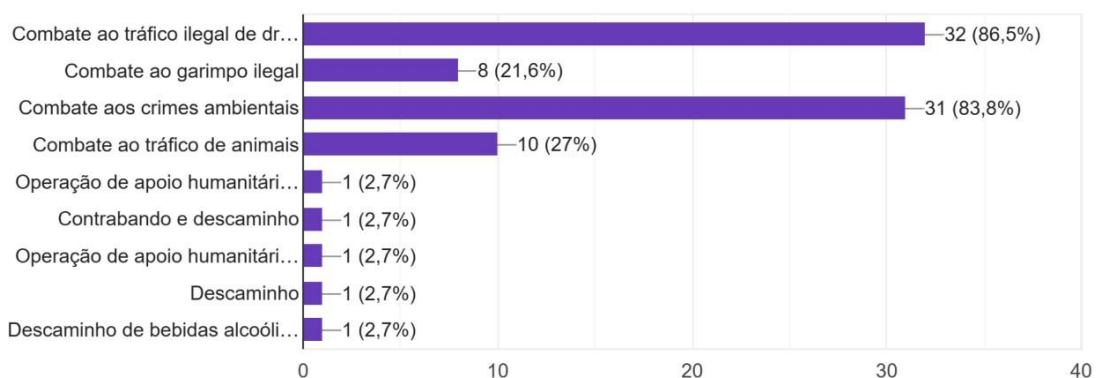
Fonte: AUTOR (2023)

Os entrevistados foram questionados a respeito de quais foram os principais crimes transfronteiriços combatidos durante o período de tempo servindo nos PEF. A pergunta tem por objetivo principal verificar quais tipos de crimes transfronteiriços que os militares combatem com mais frequência na região. 86,5% dos entrevistados combateram o narcotráfico; 83,8%, crimes ambientais; 27%, tráfico de animais; 21,6%, garimpo ilegal; 4%, apoio humanitário à comunidade; 8,1%, contrabando e descaminho. Apenas 1 (5,4 %) dos entrevistados declarou que realizou operações de apoio humanitário às comunidades indígenas na Terra Indígena Yanonami.

Gráfico 3 - Crimes transfronteiriços combatidos 2017/2022

3. Durante esse período de 2017 a 2022, quais foram os principais crimes transfronteiriços que o senhor combateu?

37 respostas



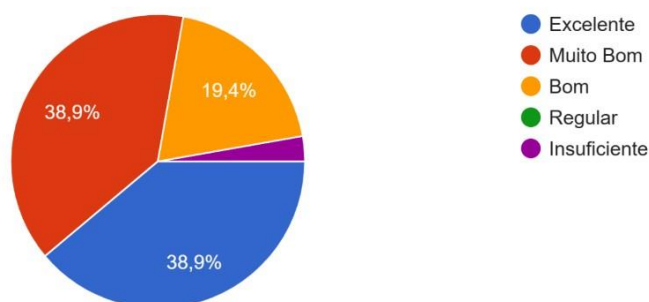
Fonte: AUTOR (2023)

A respeito de como é a atuação dos PEF no que tange à dissuasão a qualquer força hostil ao Brasil, 38,9% dos entrevistados consideraram *EXCELENTE*; 38,9%, *MUITO BOM*; 19,4%, *BOM* e 2,8%, *INSUFICIENTE* (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Percentual da atuação dos PEF no que tange a dissuasão força hostil

4. Devido a sua experiência no combate aos crimes transfronteiriços, na sua opinião, como é a atuação dos PEF no que tange a dissuasão à qualquer força hostil ao Brasil?

36 respostas



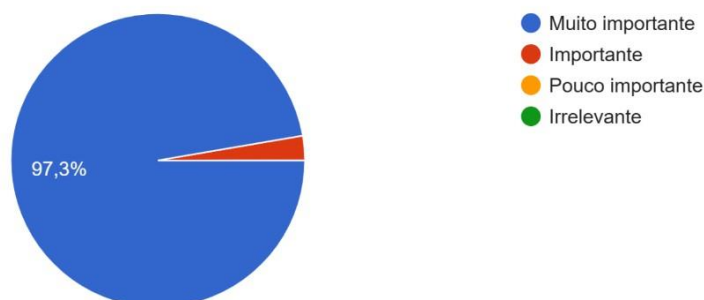
Fonte: AUTOR (2023)

Com relação ao entrevistado acreditar que as missões desenvolvidas pelo PEF são importantes para a garantia da Defesa Nacional, 97,3% dos entrevistados consideraram *MUITO IMPORTANTE* e 2,7%, *IMPORTANTE* (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Percentual da importância dos PEF na garantia da Defesa Nacional

5. O senhor acredita que as missões desenvolvidas no PEF são importantes para a garantia da defesa nacional?

37 respostas



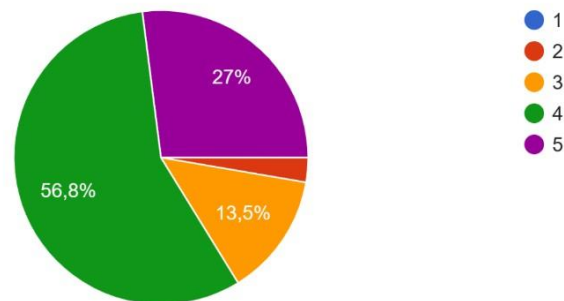
Fonte: AUTOR (2023)

Sobre a classificação, em um grau de 1 a 5, que o entrevistado atribui à atuação dos PEF para a proteção dos recursos naturais, sendo 5 o mais eficiente e 1, o menos, pergunta que tem por finalidade ressaltar a eficiência dos PEF com a proteção de recursos naturais, 56,8% dos entrevistados disseram ser grau 4; 27%, grau 5; 13,5%, grau 3 e 2,7%, grau 2 (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Percentual da atuação do PEF na proteção dos recursos naturais

6. Na sua opinião, classifique, em um grau de 1 a 5, a atuação dos pelotões especiais de fronteira para o proteção dos recursos naturais? Sendo 5 o mais eficiente e 1 o menos eficiente

37 respostas



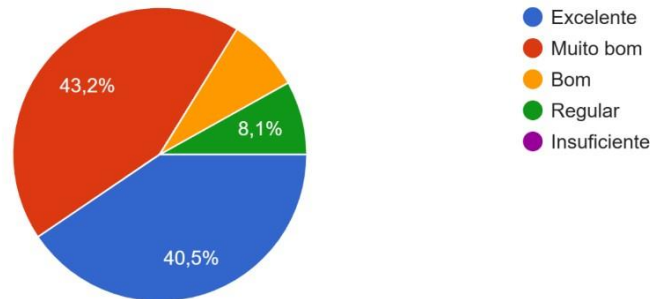
Fonte: AUTOR (2023)

A respeito de como o entrevistado avalia a capacidade dos PEF em integrar as regiões de baixa densidade demográfica e apoiar a população local em qualquer necessidade, 43,2% dos entrevistados disseram ser *MUITO BOM*; 40,5%, *EXCELENTE*; 8,1% *BOM* e 8,1% *REGULAR* (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Percentual da capacidade dos PEF em integrar regiões de baixa densidade demográfica

7. Na sua opinião, como o senhor avalia a capacidade dos PEF em integrar as regiões de baixa densidade demográfica apoiando a população local em qualquer necessidade?

37 respostas



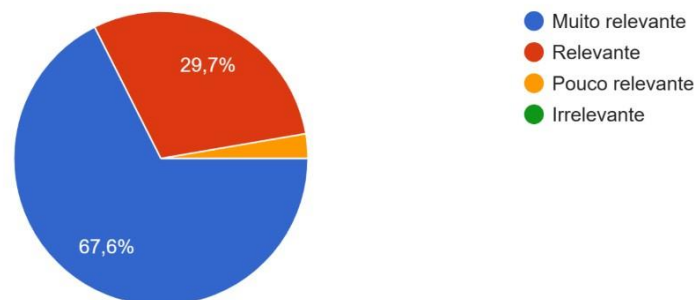
Fonte: AUTOR (2023)

Com relação a como o entrevistado avalia a criação de novos PEF, a fim de contribuir para a integração e presença do estado nas regiões de baixa densidade demográfica, considerando que para isso o Exército Brasileiro dependeria de altos recursos e pessoal, 67,6% dos entrevistados consideram *MUITO RELEVANTE*; 29,7% *RELEVANTE* e 2,7% *POUCO RELEVANTE* (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de relevância para a criação de novos PEF

8. Sobre a pergunta anterior, como o senhor avalia a criação de novos PEFs a fim de contribuir para a integração e presença do Estado nas regiões ...leiro dependeria de altos recursos e pessoal?

37 respostas



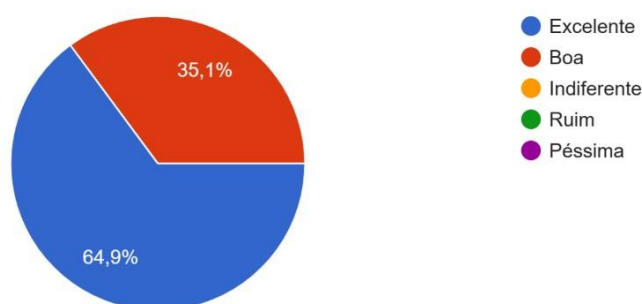
Fonte: AUTOR (2023)

A respeito de como o entrevistado avalia a atuação dos PEF no que tange à Defesa Nacional e a consolidação das fronteiras, 64,9% dos entrevistados disseram ser *EXCELENTE*; 35,1% *BOA* (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Percentual de avaliação dos PEF no que tange a defesa nacional e consolidação das fronteiras

9. Na sua opinião, como o senhor avalia a atuação dos pelotões especiais de fronteira no que tange a defesa nacional e consolidação das fronteiras?

37 respostas



Fonte: AUTOR (2023)

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após os dados obtidos no estudo de campo realizado, constatou-se que 56,8% dos entrevistados estavam no CFAC/4º BIS, sendo que 100% serviram em PEF. Os principais crimes transfronteiriços combatidos foram: 86,5%, narcotráfico; 83,8%, crimes ambientais; 27%, tráfico de animais; 21,6%, garimpo ilegal; 4%, apoio humanitário à comunidade e 8,1% contrabando e descaminho. Esses dados corroboram o constante emprego dos militares no confronto aos crimes transfronteiriços e crimes ambientais da região amazônica

Também ficou evidenciado, com relação à atuação dos PEF no que tange à dissuasão a qualquer força hostil, 38,9% disse ser excelente; 38,9% muito bom; 19,4% bom e 2,8% insuficiente. Cabe ressaltar que, com isso, é possível verificar a atuação do PEF em consonância a END, o que corresponde a um dos objetivos da pesquisa, o de demonstrar as capacidades de se contrapor às forças hostis nas proximidades da fronteira.

No que diz respeito às missões desenvolvidas no PEF serem importantes para a garantia de Defesa Nacional, 97,3% dos entrevistados disseram ser *MUITO IMPORTANTE* e 2,7%, *IMPORTANTE*. Nota-se mais uma vez o cumprimento dos objetivos da PND, feito com

o intuito de garantir a defesa e soberania nacional. Isso Demonstra que o EB está alinhado aos objetivos da END.

Com relação à atuação dos PEF para a proteção dos recursos naturais, a pesquisa demonstrou que a ação dos militares é eficiente no combate à proteção desses recursos, tendo em vista que 56,8% dos entrevistados disseram ser grau 4; 27% grau 5, sendo o grau 5 mais eficiente e 1 menos eficiente. Com isso, a atuação dos PEF protegendo as riquezas naturais se mostra eficiente, em lugares onde o EB, por vezes, é única forma de resposta aos crimes ambientais, além de mais uma vez estar no mesmo alinhamento da Defesa Nacional.

Sobre a avaliação da capacidade dos PEF em integrar as regiões de baixa densidade demográfica, apoiando a população local em qualquer necessidade, 43,2% disse ser *MUITO BOM*; 40,5% *EXCELENTE*. A baixa densidade demográfica e sua integração é um dos principais problemas da região e aquele que abre espaço para as ORCRIM cometerem seus delitos. Por isso, convém reiterar a importância dos militares na região, bem como mais uma vez a consonância entre os PEF e a END.

Sobre a avaliação da criação de novos PEF, a fim de contribuir para a integração e presença do Estado nas regiões de baixa densidade demográfica, considerando que para isso o Exército Brasileiro dependeria de altos recursos e pessoal, 67,6% dos entrevistados consideram *MUITO RELEVANTE*; 29,7% *RELEVANTE* e 2,7% *POUCO RELEVANTE*. Ou seja, os militares acreditam que a criação de Novos Pelotões Especiais de Fronteira teria efeito relevante quanto à integração das regiões de baixa densidade demográfica, podendo ser uma possível solução tanto para integrar a região, como diminuir os ilícitos na região. A respeito da avaliação da atuação dos PEF no que tange à Defesa Nacional e consolidação das fronteiras, 64,9% dos entrevistados disseram ser *EXCELENTE*; 35,1% *BOM*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo permitiu compreender a atuação do Pelotão Especial de Fronteira do Comando Militar da Amazônia para a implementação da Estratégia Nacional de Defesa do Brasil nos últimos cinco anos, possibilitando verificar sua relevância e eficácia na proteção das fronteiras nacionais.

De um modo geral, devido às grandes riquezas naturais presentes no território amazônico, bem como o grande vazio demográfico, diversos tipos de atores internacionais são para ele atraídos, desde ORCRIM, ONGs e Estados que demonstram interesse no potencial econômico da região. Devido a isso, se faz necessário o emprego de políticas e estratégias que possam garantir a defesa do território bem como a soberania nacional. Os documentos são respectivamente A Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa.

Os referidos documentos preveem algumas diretrizes, fundamentos e objetivos que são estabelecidos com o intuito de garantir a Defesa Nacional. Dessa forma, o Estado brasileiro se utiliza de suas Forças Armadas, especificamente o Exército Brasileiro, em sua missão constitucional de defesa da pátria, com suas unidades isoladas e destacadas denominadas Pelotões Especiais de Fronteira. Estes atuam como ponta da lança no combate aos crimes transfronteiriços e ambientais, bem como prestando serviços básicos à comunidade local.

Em relação às pesquisas bibliográfica, documental e do questionário exposto no Referencial Metodológico, é possível visualizar que os pelotões especiais de fronteira são extremamente empregados no combate aos crimes transfronteiriços e ambientais, sendo de suma importância para conter o avanço dessas práticas ilegais na Região Norte do país. Além disso, foi possível observar a consonância e o alinhamento estratégico dos pelotões especiais de fronteira com a Política Nacional de Defesa e com a Estratégia Nacional de Defesa.

Diante de todo o exposto conclui-se que os PEF atendem a mais diversos objetivos estabelecidos pela END, contribuindo de forma relevante para coibir os crimes transfronteiriços, bem como para garantir a soberania nacional. No entanto, é muito relevante a criação de novos PEF tendo em vista a extensão da fronteira brasileira e a necessidade do Estado de intensificar e integrar a região amazônica.

Dada a importância do tema, sugere-se que se façam estudos mais aprofundados acerca dos desafios logísticos que os Pelotões Especiais de Fronteira enfrentam diariamente, tendo em vista que são unidades deslocadas de sua sede. Além disso, percebe-se por meio da pesquisa a relevância da criação de novas unidades destacadas em outros pontos estratégicos, em regiões mais longínquas e isoladas da extensa fronteira amazônica, pois segundo os dados

levantados, a criação de novos PEF atuam de acordo aos objetivos da END para a integração e a presença do Estado nas regiões de baixa densidade demográfica, mesmo que para isso o Exército Brasileiro dependa de altos recursos e pessoal.

Por fim, a Amazônia possui um valor estratégico significativo para o Brasil devido à sua vasta reserva de recursos naturais e à extensa área de recursos hídricos. Nesse sentido, o papel do Exército Brasileiro na proteção da região é vital, abrangendo tanto a defesa externa como a proteção contra ameaças internas, incluindo o narcotráfico e grupos clandestinos envolvidos em crimes ambientais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. B. **As ameaças para o Estado Brasileiro na defesa da Região Amazônica**. Orientador: JOSÉ LUCAS DE SILVA. 2019. 50 f. TCC (Especialização) – Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/5051>. Acesso em: 14 fev. 2023.

BATISTA, D. **O Complexo da Amazônia**. Rio de Janeiro: Conquista, 2006.

BARROS, C. A. M. O poder de polícia do exército brasileiro no combate aos crimes ambientais ocorridos na região de fronteira. **Âmbito Jurídico**, 2014. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/o-poder-de-policia-do-exercito-brasileiro-no-combate-aos-crimes-ambientais-ocorridos-na-regiao-de-fronteira/> Acesso em: 8 mai. 2023.

BRANCO, Paulo Marques Alves. **A atuação do Exército Brasileiro nas operações na faixa de fronteira amazônica em ambiente interagências contra delitos transfronteiriços e ambientais**. Alves Branco. — 2022. 74 f.: il.; 30 cm

BRASIL. [**Constituição** (1967)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. Acesso em 06 mai. 2023.

BRASIL. [**Constituição** (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 maio 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei 227, de 28 de fevereiro de 1967**. Institui o Código de Minas. Brasília, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del0227.htm. Acesso em 22 mai. 2023.

BRASI. Exército Brasileiro. **Comando Militar da Amazônia**. [s.d.]. Disponível em: <https://cma.eb.mil.br/index.php/sintese-historica>. Acesso em: 23 abr. 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Comando Militar da Amazônia: Missão e Valores**. [s.d.]. Disponível em: <https://cma.eb.mil.br/index.php/missao-e-valores>. Acesso em: 23 abr. 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Comando Militar da Amazônia: Organograma**. [s.d.]. Disponível em: www.cma.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=99&Itemid=470. Acesso em: 23 abr. 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Comando de Operações Terrestres: Apresentação Ágata**. Brasília, DF, 2022d.

BRASIL. Exército Brasileiro. **EB20-MF-10.102 Doutrina Militar Terrestre**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/4760>. Acesso em: 06 mai. 23.

BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm. Acesso em: 29 mar. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010**. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp136.htm Acesso em: 29 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Amazônia**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/biomas/amazonia>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Síntese de Indicadores da Amazônia Legal**. Belém, PA: SUDAM, 2020d. Disponível em: <http://repositorio.sudam.gov.br/sudam/biblioteca/publicacoes-institucionais/sintese-de-indicadores-da-amzonia-legal-2020.pdf>. Acesso em 07 mai. 2023.

CARMO, Wagner. **Os Recursos Naturais da Amazônia e as Estratégias Econômicas**. 2017. Disponível em: <https://emporiiodireito.com.br/leitura/os-recursos-naturais-da-amazonia-e-as-estrategias-economicas-por-wagner-carmo>. Acesso em: 09 mai. 2023.

CASSÂNEGO, Guilherme André. O emprego dos Pelotões Especiais de Fronteira no combate aos ilícitos transfronteiriços e a ampliação de suas capacidades por meio do SISFRON. **Revista Agulhas Negras** 1, p. 11 - 16, jan/dez 2017, Resende, p. 11-16, 2017.

CRUZ, N. Rios amazônicos são principais rotas para transporte de toneladas de drogas. **Revista Cenarium**, 03 out. 2020. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br/rios-amazonicos-sao-principais-rotas-para-transporte-de-toneladas-de-drogas/> Acesso em: 09 mai. 2023.

FILHO, Rezende Guimarães. O sistema de defesa da Amazônia e a fronteira. **Fronteiras do Brasil: uma avaliação do Arco Norte**. v.3. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Rio de Janeiro, 2018

FURLAN, S. A.; PIFFER, M. **Amazônia**: preservação natural e cultura. São Paulo: Brasileira de arte e cultura, 2017.

GOVERNO DO ESTADOS DO AMAZONAS. **Amazonas atinge novo recorde de apreensão de drogas**. Amazonas: Governo do Estado do Amazonas, 2021. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/2021/02/amazonas-atinge-novo-recorde-de-apreensao-dedrogas/>. Acesso em 24/04/2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>. Acesso em: 09 de mai. 2023

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **O que é Amazônia Legal**. Desafios do desenvolvimento. 2008. Disponível em: www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28. Acesso em: 15 abr. 2023

MAGALHÃES, Lana. **Amazônia Legal. Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/amazonia-legal/>. Acesso em: 22 mai. 2023

MARINHO, D. A diferença entre Soft Power e Hard Power. **SóCientífica**. 13 jan. 2023. Disponível em: https://socientifica.com.br/a-diferenca-entre-soft-power-e-hard-power/?utm_content=expand_article. Acesso em: 22 mai. 2023

MATTOS, C. M.. **Geopolítica**: Volume 2. Brasil: Biblioteca do Exército, v. volume II, 2011. Disponível em: https://cma.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=352:aniversario-de-60-anos-do-cma&catid=59&Itemid=392, 09 mai. 23

MATTOS, C. M. **Geopolítica e Teoria das Fronteiras**. In: MATTOS, C. M. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Ed. FGV: Biblioteca do Exército. 3, 2011, p. 9-124.

MEIRELLES, J. F. **O livro de ouro da Amazônia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

MORAES, A. C. R. A importância dos pelotões especiais de fronteira na região amazônica brasileira. **Revista Agulhas Negras**, Resende, Vol. 5, Nº. 6, p. 101-112, Ano 2021.

NASCIMENTO, Mariana Rodrigues do. **O papel geopolítico da Amazônia brasileira e sua inserção nas políticas voltadas à segurança nacional**: uma análise dos documentos oficiais de defesa e das políticas de controle territorial. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013.

NASCIMENTO JUNIOR, Edvaldo Nunes. **O emprego das companhias e pelotões especiais de fronteira do comando de fronteira acre na defesa da Amazônia no contexto das ameaças não tradicionais**: uma proposta de atualização do guia do comandante de fronteira. 2019. 81f. Dissertação (Mestrado em Ciência Militares). Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2019.

NETO, W. B. F. **O poder de polícia atribuído ao Exército Brasileiro na faixa de fronteira terrestre.** Disponível em: jus.com.br/artigos/13580/o-poder-de-policia-atribuido-ao-exercito-brasileiro-na-faixa-de-fronteira-terrestre. 09 de mai. 2023

PELOTÕES DE FRONTEIRA SÃO OS BRAÇOS MAIS DISTANTES DO EXÉRCITO NA AMAZÔNIA. **Agência do Senado.** 14 jun. 2006. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/06/02/pelotoes-de-fronteira-sao-os-bracos-mais-distantes-do-exercito-na-amazonia>. Acesso em: 8 mai. 2023

PENNA FILHO, Pio. **Interações Regionais e Pressões Internacionais sobre a PanAmazônia: perspectivas brasileiras.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2015.

PILETTI, Felipe José. **Segurança e Defesa da Amazônia: O Exército Brasileiro e as ameaças não-tradicionais.** Orientador: Prof: Dr Carlos Schmidt Arturi. 2008. Tese (Doutorado). Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

POTYGUARA, J. A. B. **Amazônia: defesa e segurança nacional.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais). Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2006.

QUINT, Adilson Giovani. **A Defesa da Região Amazônica: uma proposta de aplicação da Estratégia Russa de Antiacesso e Negação de Área.** 2016. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais). Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2016.

REDAÇÃO DEFESA EM FOCO. **A Importância dos Pelotões Especiais de Fronteira na Região Amazônica Brasileira.** Brasil: Defesa em foco, 2021. Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/a-importancia-dos-pelotoes-especiais-de-fronteira-naregiao-amazonica-brasileira>. 09 de mai. 2023

RODRIGUES, Caio César de Almeida. **A atuação dos pelotões especiais de fronteira na Amazônia no tocante ao narcotráfico e outros crimes transfronteiriços no período de 2015 a 2017.** Orientador: Ricardo de Queirós Batista Ribeiro. 2019. 36 p. TCC (Graduação) – Graduação em Ciências Militares, Academia Militar das Agulhas Negras, 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/6054> Acesso em: 14 fev. 2023.

SERPA, L. D. V. **A efetividade do sisfron no combate aos crimes transfronteiriços.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Altos Estudos de Política e Estratégia). Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, p. 15 75, 2020.

SOUZA, C. B. Geopolítica na pan-amazônia: territórios, fronteiras e identidades. **Revista GeoAmazônia**, Pará, Vol. 2, Nº. 3, p. 59-84, 2014. Disponível em: www.periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12407. Acesso em: 14 abr. 2023.

APÊNDICE A – ENTREVISTA

QUESTIONÁRIO SOBRE A ATUAÇÃO DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA DO CMA

O senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “O PAPEL DOS PELOTÕES ESPECIAS DE FRONTEIRA DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA NA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA NO ÚLTIMOS 5 ANOS" sob a responsabilidade do pesquisador **LUCAS PEREIRA IBIAPINA** e orientação do **Ten LUCAS ASSIS FAGUNDES**.

O presente estudo tem por objetivo analisar a contribuição dos pelotões especiais de fronteira para a implementação da Estratégia Nacional de Defesa do Brasil, identificando sua relevância e eficácia na proteção das fronteiras nacionais, especificamente os sediados no CMA.

Sua participação é de caráter voluntário e se dará como descrito:

Coleta de dados: a pesquisa terá como instrumento utilizado a coleta de dados através da aplicação de questionário por meio da plataforma virtual Google Forms para militares que serviram em pelotões especiais de fronteira do CMA

Destino dos dados coletados: o pesquisador será responsável pelos dados originais coletados da pesquisa por meio do questionário, esses permanecerão em posse do pesquisador por 3 anos e após serão excluídos. Os conhecimentos gerados através da pesquisa não serão utilizados de forma a prejudicar os militares participantes ou a instituição na qual se realizou a pesquisa. Os dados obtidos serão utilizados para a monografia a ser apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Militares.

Riscos, prevenção e benefícios para o participante da pesquisa: um possível risco que a pesquisa pode representar para os voluntários é o desconforto, insegurança e/ou relutância em fornecer uma ou mais informações que o pesquisador solicita por meio do questionário. A fim de prevenir-se dos riscos que possam advir deste estudo, é garantido ao participante o

direito ao anonimato; a renunciar ao estudo a qualquer momento; a não responder a quaisquer questões que considere oportunas; e a solicitar que os dados fornecidos durante a pesquisa não sejam utilizados. O benefício esperado com o desenvolvimento da pesquisa será o fato de informar a relevância dos pelotões especiais de fronteira na garantia da defesa nacional.

Garantias e indenizações: o direito à indenização nos termos da lei é garantido às pessoas que sofram qualquer tipo de dano pessoal ou material em resultado de ferramentas ou técnicas de recolha de dados. Os participantes têm o direito de ser informados sobre os resultados parciais e finais do estudo, podendo, a qualquer momento do estudo, entrar em contato com o pesquisador responsável pelo estudo para esclarecer suas dúvidas; sem nenhum custo para o participante e sem participação em o estudo qualquer benefício financeiro durante desenvolvimento do estudo ou após a conclusão do estudo; as respostas ao questionário serão realizadas em data e hora convenientes ao participante; os participantes podem se recusar a participar do estudo ou escolher abandonar o estudo a qualquer momento sem penalidade.

Para qualquer outra informação o contato do pesquisador é: telefone (xx) xxxxxxxxxxxx ou e-mail: xxxxxxxxxxxx@gmail.com (dados protegidos)

Você concorda com o termo acima? Consente em participar da pesquisa?

Marcar apenas uma oval.

SIM

Qual seu endereço de e-mail?

Qual seu nome completo?

Declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa “ O PAPEL DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA NA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA NOS ÚLTIMOS 5 ANOS” de forma clara e esclareci minhas dúvidas, estou ciente que em qualquer momento poderei solicitar informações sobre a pesquisa, da mesma forma posso deixá-la se assim desejar.

Marcar apenas uma oval.

SIM

1) O senhor serviu/serve em qual BIS?

- a) CFAC/4° BIS;
- b) CFRN/5° BIS
- c) CFRO/6° BIS
- d) CFRR/7° BIS
- e) CFSOL/8° BIS
- f) CFJ/61° BIS

2) Durante o período de serviço, o senhor serviu em algum PEF?

Sim

Não

3) Durante esse período de 2017 a 2022, quais foram os principais crimes transfronteiriços que o senhor combateu?

- a) Combate ao tráfico ilegal de drogas;
- b) Combate ao garimpo ilegal;
- c) Combate aos crimes ambientais;
- d) Combate ao tráfico de animais;
- e) Outro:

4) Devido à sua experiência no combate aos crimes transfronteiriços, na sua opinião, como é a atuação dos PEF no que tange à dissuasão a qualquer força hostil ao Brasil?

- a) Excelente;
- b) Muito bom;
- c) Bom;
- d) Regular;
- e) Insuficiente

5) O senhor acredita que as missões desenvolvidas nos PEF são importantes para a garantia da defesa nacional?

- a) Muito importante;
- b) Importante
- c) Pouco importante

d) Irrelevante

6) Na sua opinião, classifique, em um grau de 1 a 5, a atuação dos PEF para proteção dos recursos naturais, sendo 5 o mais eficiente e 1, o menos eficiente.

a) 1

b) 2

c) 3

d) 4

e) 5

7) Na sua opinião, como o senhor avalia a capacidade dos PEF em integrar as regiões de baixa densidade demográfica apoiando a população local em qualquer necessidade?

a) Excelente

b) Muito bom

c) Bom

d) Regular

e) Insuficiente

8) Sobre a pergunta anterior, como o senhor avalia a criação de novos PEF a fim de contribuir para a integração e presença do Estado nas regiões de baixa densidade demográfica, considerando que para isso o Exército Brasileiro dependeria de altos recursos e pessoal?

a) Muito relevante

b) Relevante

c) Pouco relevante

d) Irrelevante

9) Na sua opinião, como o senhor avalia a atuação dos PEF no que tange à defesa nacional e consolidação das fronteiras?

a) Excelente

b) Boa

c) Indiferente

d) Ruim

e) Péssima